



A AÇÃO CIVIL PÚBLICA APLICADA AO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Ana Luiza Souza Neves
Oraci Candido Da Silva
Cintia Carla Batista
Thais Ribeiro Lacerda
Maxsuel Gonçalves Da Costa Luz
Virginia Lages Silva

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Ação Civil Pública, passou a ser manejada no Brasil, por meio de Lei 7.347 de 1985, que Segundo Zavascki, inaugurou "um autêntico sub-sistema de processo, voltado para a tutela de uma também original espécie de direito material: a dos direitos transindividuais, caracterizados por se situarem em domínio jurídico, não de uma pessoa ou de pessoas determinadas, mas sim de uma coletividade."

Ela disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos, dentre outros, causados ao meio-ambiente laboral, e onde se insere o Direito Coletivo do Trabalho que, segundo Cesarino Junior, constitui um "conjunto das leis sociais que consideram os empregados e empregadores coletivamente reunidos, principalmente na forma de entidades sindicais".

Assim, ao se tutelar conflitos coletivos laborais, a Ação Civil Pública, constitui em verdadeiro instrumento processual de amparo à conservação e proteção do meio ambiente laboral.

Objetivo

O presente estudo tem como objetivo abordar o Direito Processual, em especial a Ação Civil Pública, como meio de amparar, conservar e proteger o meio ambiente do trabalho, de forma a mantê-lo ecologicamente equilibrado.

Material e Métodos

Utilização do método indutivo/dedutivo;

Pesquisa bibliográfica;

Foram analisadas as leis e doutrinas sobre o tema, para chegar a conclusão acerca da Lei 7.347/85, que estabeleceu a Ação Civil Pública, que por meio do Ministério Público do Trabalho pode demandar em juízo, quando se estiver diante da ofensa aos direitos difusos, coletivos ou transindividuais e tem como seu principal operador o Ministério Público do Trabalho.

Resultados e Discussão

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



A partir da análise feita, é possível verificar que os direitos coletivos dos trabalhadores podem ser resguardados por meio processual adequado, in casu, a Ação Civil Pública, quando se estiver diante de direitos difusos, coletivos ou transindividuais, tendo como principal operador o Ministério Público do Trabalho.

Tal proteção decorre do art. 225 da CR/88, que garante à todos o direito ao meio ambiente laboral ecologicamente equilibrado à todos os trabalhadores e o Ministério Público do Trabalho, ordinariamente, tem o poder e o dever de agir por conta da sua função institucional, no art. 129 da CR/88) e o inciso III, prevê a promoção de ação civil pública para qualquer interesse difuso e coletivo

Conclusão

Não havia na legislação brasileira, normas pontuais que permitissem ações com o objetivo de tutelar direitos difusos, coletivos strictu sensu, bem como individuais homogêneos.

A Lei 7.347/85, estabeleceu a Ação Civil Pública, que por meio do Ministério Público do Trabalho pode demandar em juízo, quando se estiver diante da ofensa aos direitos difusos, coletivos ou transindividuais e tem como seu principal operador o Ministério Público do Trabalho.

Referências

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20/11/2024

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em 20/11/2024.

BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.htm. Acesso em 20/11/2024

BRASIL. Lei n. 7.347 de 24 de julho de 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em 20/11/2024

CESARINO JÚNIOR, A. F. Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014.